

Educação Profissional e desafios para o ensino de surdos: o código LIBRAS e o desenvolvimento de sinais técnicos

Daniel Ferreira de Carvalho

<https://orcid.org/0000-0003-2016-5446>

Rosália Maria Netto Prados

<https://orcid.org/0000-0003-2138-8422>

Resumo - O presente artigo apresenta uma discussão sobre a criação de códigos na Língua Brasileira de Sinais (Libras). Sabendo-se que a Libras é a primeira língua de um surdo/mudo, considera-se que o universo de comunicação se volta a esse formato de linguagem, que varia no tempo, no espaço e contexto profissional. Desta forma a comunicação cotidiana tem o seu contexto e regra, bem como critérios para a criação de novos sinais, à medida que a língua portuguesa passe a incorporar novos termos, sobretudo no que se refere à linguagem técnica. O objetivo desta pesquisa é discutir o contexto de termos técnicos e a produção de sinais no processo de ensino em educação profissional. A metodologia é exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa, e trata da discussão sobre o contexto profissional de termos da língua e da descrição de novos termos e novos sinais na Libras. Verifica-se que a linguagem é dinâmica, pois existem palavras que ainda não possuem sinais e que se fazem parte do contexto profissional.

No desfecho do processo pode-se observar que o resultado obtido com a experiência de ter alunos surdos (também tínhamos em sala de aula outros PCD's como baixa visão e mobilidade reduzida) propiciou uma sensibilização por parte da instituição, em querer adaptar o espaço, por exemplo, mas principalmente o docente, que se sentiu estimulado ante ao desafio e confiante ao término do processo, quando pode ver seu aluno formado e posteriormente atuando.

Neste sentido o docente em colaboração com todos os envolvidos (intérprete, instituição e aluno) participou da construção de um modelo que teve como base incluir verdadeiramente, e não somente para o cumprimento da legislação

Palavras-chave: Inclusão; Trabalho Docente; Pessoas com Deficiência; Símbolos, Signos e Comunicação

Abstract - This article presents a discussion on the creation of codes in Brazilian Sign Language (Libras). Knowing that Libras is the first language of a deaf/mute, it is considered that the universe of communication turns to this language format, which varies in time, space and professional context. In this way, everyday communication has its context and rule, as well as criteria for the creation of new

signs, as the Portuguese language begins to incorporate new terms, especially with regard to technical language. The objective of this research is to discuss the context of technical terms and the production of signs in the teaching process in professional education. The methodology is exploratory and descriptive, with a qualitative approach, and deals with the discussion about the professional context of language terms and the description of new terms and new signs in Libras. It is verified that the language is dynamic, because there are words that do not yet have signs and that are part of the professional context.

At the end of the process, it can be observed that the result obtained with the experience of having deaf students (we also had other PWD's in the classroom such as low vision and reduced mobility) provided an awareness on the part of the institution, in wanting to adapt the space, for example, but especially the teacher, who felt stimulated by the challenge and confident at the end of the process. when you can see your student graduated and subsequently acting.

In this sense, the teacher, in collaboration with all those involved (interpreter, institution and student), participated in the construction of a model that was based on truly including, and not only for, compliance with the legislation

Keywords: Inclusion; Teaching Work; People with Disabilities; Symbols, Signs and Communication.

1. Introdução

Este artigo propõe uma discussão sobre o desenvolvimento e a criação de sinais técnicos em Libras, a Língua Brasileira de Sinais. Destaca-se a necessidade da criação dos mesmos, pois muitos termos relacionados ao exercício de uma profissão não fazem parte da linguagem de sinais e esta deve ser um facilitador no processo de aprendizagem do surdo. É inviável que, a cada vez que o professor cite uma palavra que não seja usual e, ainda, sem sinal específico, o intérprete de Libras tenha que fazer uso da datilologia, através da configuração de mão para o alfabeto, ou então a soletração rítmica de uma palavra, que muitas vezes tem uma grafia pouco convencional, por vezes oriundas do Latim.

A Libras é a primeira língua de um surdo/mudo, considera-se que o universo de comunicação para o surdo se volta a esse formato, que varia no tempo, no espaço e no contexto profissional, como qualquer língua. Desta forma a comunicação cotidiana tem o seu contexto e regra, bem como critérios para a criação de novos sinais, à medida que a língua portuguesa passe a incorporar novos termos.

O problema desta pesquisa está no fato de que há um desafio maior quando se trata da linguagem técnica, pois os termos não são usuais, e nem fazem parte do padrão geral. Existem palavras que ainda não possuem sinais, principalmente, na área da saúde, pois existem nomes de exames, procedimentos, termos em Latim, que fazem parte da terminologia médica. Justifica-se, portanto, essa discussão, bem como o tema tratado nesse artigo. Novos “dicionários” surgem, a partir dessa necessidade, pois o dinamismo da língua é fundamental para incluir o aluno em sala de aula e fazê-lo fluir dentro do propósito de formação.

Neste artigo, pretende-se percorrer o processo para a criação de tais sinais, a fim de considerar o contexto de produção de termos, segundo critérios que incluem o surdo nesse processo, que tem como referência o espaço, ou seja, delimitado pela língua local, no nosso caso o português e questões culturais, sendo assim a língua de sinais não é universal, dependerá, portanto, de um país e o seu idioma.

O sentido depende dos discursos contidos na rede de significações construídas num determinado contexto cultural, espaço e tempo e esse sentido pode não ser necessariamente o mesmo construído pelo enunciador (PRADOS; BONINI, 2017, p. 38)

Claramente se demonstra que somente reproduzir o sinal, recém-criado ou não, por si só, não se dá conta de reproduzir a mensagem completa. A mensagem é carregada de significados e os elementos corporais compõem o conjunto que deve predominar na comunicação. Ela também é expressiva, e contextual.

A lei nº 8213, de 1991, conhecida como a Lei de Cotas para PCD, no artigo 92, apresenta a possibilidade do deficiente para executar qualquer atividade, uma vez que ele esteja treinado e capacitado para tal função e que a mesma não ofereça risco a sua integridade física e nem a de outras pessoas. Ela também se aplica aos trabalhadores, que de alguma forma foram reabilitados para o trabalho, ou seja, categoriza no mesmo tom, de forma ostensiva a praticamente qualquer tipo de trabalhador.

É válida, portanto, esta reflexão sobre a necessidade de criação de sinais, relevando principalmente o objeto desse artigo, que são os sinais técnicos. Deve-se observar o campo linguístico: a fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e o seu uso contextual no dia a dia. Partindo desse ponto e percebendo que a Libras é uma língua viva e atual, é necessário se ter uma reflexão sobre como os usuários criam os sinais e como os utilizam para promover um significado que desencadeia uma compreensão comunicativa, seja entre emissor e receptor, ou mesmo para transmitir uma informação intuitiva. Isso demonstra que não se trata de uma criação limitada somente à pessoa surda, mas de conhecedores da língua, a Libras e seu uso no cotidiano, em específico na sala de aula e na atuação no mercado de trabalho, pois uma vez criado o sinal, ele tem que ser registrado e universalizado, como componente de comunicação.

A inclusão, passa por esse tipo de processo, mas não só isso, pois para que ele se torne completo, conforme o pesquisador Sasaki (1997), que conceituou “inclusão social” como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade.

Neste artigo, a ideia é trazer à luz a discussão sobre o contexto da criação destes novos sinais e sua importância. Critérios, validações e pertinência, além da pesquisa se há existência deles ou não. Portanto, muitos precisam compreender como se dá o processo de criação de um sinal, conhecer os aspectos linguístico-gramaticais envolvidos, principalmente, no campo semântico-pragmático e seus impactos causados no contexto sócio-histórico-cultural dos usuários da Libras.

2 Objetivo

Discutir o contexto de termos técnicos e a produção de sinais no processo de ensino em educação profissional; entender a relevância e necessidade de novos sinais que possam facilitar a comunicação e torná-la mais ágil, podendo assim ampliar o número de sinais, e permitir que outros possam fazer o uso no futuro.

Neste sentido, o trabalho ganha em relevância, pois a comunicação com o intuito de formar o técnico em áreas distintas da saúde propicia um aprendizado linear por permitir que as adaptações realizadas por profissionais de LIBRAS, alunos surdos e professores, culminem com o desfecho esperado que é a formação de nível técnico na área da saúde. Os docentes envolvidos no processo ganham em expertise, pois ao participarem constroem de forma conjunta a relação ensino/aprendizagem, e desta forma criam e registram os critérios para o melhor caminho.

3 Referencial Teórico

Sabe-se que a necessidade de conscientização e informação sobre a criação de sinais na Libras (Língua Brasileira de Sinais) é fundamental. A ausência do significado de um sinal (item lexical) para um determinado contexto, em língua de sinais, pode ser prejudicial à comunicação. Surdos e ouvintes, competentes linguisticamente, devem ser motivados à produção de sinais, pois a Libras é uma língua que pertence a todos os seus usuários e tem como objetivo permitir a comunicação, interação social, acesso à informação e autonomia de conhecimento que favorecem o desenvolvimento de um cidadão ativo na sociedade atual, economicamente ativo e potente em desenvolvimento psicossocial.

Surdos e ouvintes necessitam ter o domínio do idioma Libras, ou seja, ser capacitados linguisticamente, ter o conhecimento cultural, social e usual da Língua de Sinais, nos diversos contextos existentes no cotidiano, para produzir sinais. A limitação em algum desses conhecimentos desencadeia o mau uso e o desrespeito à estrutura linguística que aborda os elementos constitutivos da Libras, que se torna uma mera tentativa de comunicação com os surdos.

Esta discussão sobre a Libras é pertinente para se entender a formação desse futuro profissional, que consiga se comunicar, durante seu processo de formação, para o exercício de sua cidadania plenamente.

A organização política dos surdos, nos meios produtivo e educacional, foi consequência da expansão do modo capitalista de produção.

[...] os surdos, como todos os outros trabalhadores, foram gradativamente excluídos da produção quando as indústrias passaram a substituir a força de trabalho pela automação da máquina-ferramenta. A criação da primeira escola pública para jovens e adultos surdos foi em Paris. A construção do mundo ocidental teve uma vinculação significativa com o pensamento grego e romano, que ao longo do processo histórico deixou marcas profundas no desenvolvimento linguístico, social e cultural tanto dos surdos como dos ouvintes (SILVA, 2001, p. 5).

Segundo Silva (2003), há desafios no processo de inclusão do surdo no processo da educação profissional decorrentes da cultura educacional que se caracterizou em relação às metodologias de ensino para a comunicação.

No ensino da língua, atualmente, há o desafio que é decorrente da passagem de uma educação profissional para surdos que se caracterizava pela

oralidade, formação oralista, para uma educação profissional bilíngue crítica. No passado, o oralismo foi um limitador por sua visão clínico-patológica na educação de surdos. A nova proposta político-pedagógica foi se construindo no espaço escolar, por meio de embates entre os surdos que lutavam pelo reconhecimento da Libras no processo pedagógico e os profissionais ouvintes, que atualmente propõem uma educação profissional que possibilite ao surdo o acesso ao conhecimento sistematizado em sua própria língua (SILVA, 2003).

A inclusão é, portanto, um processo que perpassa por searas culturais, sociais, jurídicas, estruturais e comportamentais, por isso há os “sistemas sociais gerais” citado por Sassaki (1997).

De acordo com Delors (2012), o fator decisivo ao indivíduo na sociedade do conhecimento é o aprendizado ao longo da vida, pautado na formação holística deste indivíduo e sustentado por leis que protejam e incentivem tal desenvolvimento. Os quatro pilares destacados neste relatório da Unesco, por meio do seu trabalho na obra “Educação, um Tesouro a Descobrir”, conceituam como primordial o aprender a conhecer, o aprender a fazer, o aprender a conviver e por fim o aprender a ser.

Os quatro pilares do conhecimento, conforme Delors (2012), podem prever enormes consequências na educação. O modelo de ensino e aprendizagem com o conhecimento, apenas como objetivo e com largas discussões no cenário nacional de educação, dará lugar ao ensinar a pensar, ao saber se comunicar, ter raciocínio lógico, fazer sínteses e elaborações teóricas, ser independente e autônomo e conseguir produzir de forma pouco dependente, nos casos da educação inclusiva para PCD's. Logo, essa inclusão perpassa pelo processo de desenvolvimento da comunicação assertiva e total, fazendo uso do que lhe é mais pertinente e fluídico, em detrimento daquilo que o classifica como PCD, ou seja, a ausência da audição e fala.

4 Método

A partir da experiência em um curso de formação técnica em saúde, propõe-se esta pesquisa que discute a educação profissional e a necessidade de se criarem sinais, que farão parte da comunicação docente no processo de ensino. A metodologia, portanto, é exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa, e trata da discussão sobre o contexto profissional e da descrição de novos termos e novos sinais na Libras, sempre obedecendo orientações e acordos nacionais para a criação destes novos sinais, pois, os mesmos só podem ser criados a partir de profissionais da área, em conjunto com os surdos e em consonância com as regras de criação.

Portanto, a principal contribuição, neste momento, do docente envolvido no processo é fornecendo o material de aula de forma prévia para que o intérprete analise, verifique as palavras que ainda não tenham sinais, e em conjunto com o surdo possa criar.

5 Resultados e Discussão

No Brasil, de acordo com a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a Libras possui estrutura gramatical própria, possibilitando, assim, o desenvolvimento

linguístico da pessoa surda, favorecendo o seu acesso aos conhecimentos existentes na sociedade (BRASIL, 2002, p. 1).

As Libras ou língua brasileira de sinais é também conhecida como língua gestual, ou seja, são utilizados gestos e sinais em substituição à língua que todos nós bem conhecemos em nossas comunicações: a língua de sons ou oral.

A Libras é o meio que um grupo de indivíduos usam para poderem comunicar-se, pois é através dela que as pessoas surdas trocam comunicações entre si, e até mesmo com as pessoas que já aprenderam a interpretá-la. Aliás, isto vem ocorrendo de forma cada vez mais significativa.

Claramente, outros países também utilizam deste mesmo mecanismo para comunicação, respeitando suas particularidades, portanto, como existem várias línguas sendo faladas ao redor do mundo, isso também acontece com a língua dos surdos, conforme podemos verificar, por meio do quadro que segue:

	Libras = Língua Brasileira de Sinais
	LGP = Língua Gestual Portuguesa
	SLN = Sign Language of Netherlands
	ASL = American Sign Language
	LSA = Lengua de Señas Argentina
	BSL = British Sign Language
	LSCH = Lengua de Señas Chilena
	LSF = Langue des Signes Française

Fonte: Libras no Brasil (2023)

A história de tentar se comunicar através de gestos é bastante antiga; sabe-se que a comunicação por meio das mãos vem desde a Pré-história e, com o passar do tempo, foi substituída pela oralidade. Naquele momento, as mãos foram utilizadas para manusear ferramentas. Conforme Silva (2019), neste caso, a língua oral acabou predominando, o que fez com que os surdos sofressem um processo de exclusão social. Com o passar do tempo, Idade Antiga, Média e Moderna, pôde-se observar que os surdos não eram considerados seres com competências iguais aos demais seres humanos, pois não falavam e, portanto, eram assim incapazes de formularem pensamentos lógicos como o esperado para as pessoas que se comunicavam através da fala, em virtude das crenças da época.

Na Grécia antiga, a fala era símbolo de conhecimento e reconhecimento social e da mesma forma, na Roma Antiga e na Idade Média, os surdos não tinham direitos e eram marginalizados. Segundo Silva (2019), somente com Pedro Ponce, um monge beneditino espanhol, na idade Moderna que os surdos passaram a ter

certa importância. Ele foi o primeiro professor de surdos e criou um manual que ensinava técnicas de oralização, ensinando os surdos da sua época a oralizar, sinalizar, ler e escrever, comprovando a capacidade de aprendizagem da pessoa surda.

Tem-se que a LSF – Língua de Sinais Francesa foi desenvolvida por l'Épée e influenciou de maneira positiva para criação da Língua Brasileira de Sinais no século XVIII. Nesse sentido, o professor francês Charles-Michel de l'Épée foi o importante precursor no desenvolvimento das Línguas de Sinais e foi o primeiro a criar, no século XVIII, um alfabeto de sinais para alfabetizar surdos em sua escola no ano de 1755.

Segundo Silva (2019), o professor francês Ernest Huet, é considerado pioneiro na educação de surdos. Ele se mudou para o Brasil em 1855 por convite do imperador D. Pedro II. Huet deu significativa contribuição para a criação da primeira escola de educação de surdos, chamada de Imperial Instituto de Surdos-Mudos. Essa escola construiu bases para a formulação da Libras a partir de sinais já utilizados no Brasil.

A Língua Brasileira de Sinais é uma língua visual-espacial usada no Brasil pelas comunidades surdas espalhadas por todo o território nacional. Se expressa com o corpo, as mãos, o uso dos espaços próximos ao corpo e a visão para ser produzida e percebida. Conforme Quadros (2019), a Libras é uma língua dotada de todos os níveis de análise linguística, como fonemas e padrões prosódicos. Suas palavras combinam para formar enunciados e estes apresentam proposições que podem ser analisadas no campo semântico e pragmático; e seus usos apresentam questões de ordem sociolinguística.

Segundo Sacks (1998), William Stokoe reconheceu a Língua de Sinais como língua ainda na década de 1960. Ele provou que a inúmera capacidade de proposições que os sinais poderiam oferecer, era satisfatório e que, uma vez que o sinalizante pudesse dominar a técnica, poderia então se comunicar de forma plena.

Naquela época, essa língua era uma espécie de código gestual e servia apenas como um apoio à comunicação. Sacks (1998), relata que Stokoe observou a complexidade que a Língua de Sinais tinha e que era dotada de uma estrutura própria, ou seja, uma gramática própria, com localização, movimento e configurações de mãos, fundamentais para a efetivação da comunicação.

As línguas de Sinais não são universais, conforme já citado cada país possui sua própria língua com estrutura gramatical própria. Sendo assim, quem faz uso de uma língua de sinais pode discutir sobre qualquer âmbito do saber, inclusive produzir arte e também as mais diversas profissões. As línguas de sinais possuem um papel determinante para a vivência dos usuários delas em um contexto social. De acordo com Quadros (2006), as línguas expressam sua capacidade específica em um grupo social, possibilitando aos seres humanos a interação e expressão de culturas, valores e padrões sociais.

Compreende-se que todas as línguas de sinais têm uma estrutura gramatical própria e estudos linguísticos que fazem parte de suas composições. A estrutura da Libras, por exemplo, é dotada de parâmetros que formam sinais ou itens lexicais. A área que estuda o léxico é a fonética. Conforme dispõe Quadros (2019), a fonética das línguas vai se ocupar de todas as unidades de produção e percepção de articuladores manuais e não manuais, manifestada através da expressão física. Sendo assim um sinal é constituído a partir da combinação parâmetros, cinco no total conforme:

1) Configuração de mãos: é a forma que a mão assume ao realizar o sinal. Pode ser uma letra do alfabeto manual ou outras formas feitas pela mão dominante (mão direita para os destros, mão esquerda para os canhotos), ou pelas duas mãos do sinalizador.

2) Ponto de articulação: é o lugar onde a mão dominante realiza o sinal, podendo tocar alguma parte do corpo ou estar perto dela, ou estar em frente ao corpo do emissor, no chamado espaço de enunciação (do meio do corpo até a cabeça).

3) Orientação: é a direção para a qual a palma da mão aponta na produção do sinal. Sabe-se que existem seis tipos de orientação da palma da mão: para cima, para baixo, para o corpo, para frente, para a direita ou para a esquerda.

4) Movimento: os sinais podem ter movimento ou não. Os movimentos podem envolver várias formas e direções, podem estar nas mãos, pulsos e antebraço. Os movimentos podem ser classificados por tipo, direcionalidade, maneira e frequência. Quanto à direcionalidade, os movimentos podem ser unidirecionais, bidirecionais ou multidirecionais. A maneira é a categoria que descreve a qualidade, a tensão e a velocidade do movimento. A frequência refere-se ao número de repetições de um movimento.

5) Expressão facial e/ou corporal ou expressões não manuais: muitos sinais, além dos quatro parâmetros mencionados acima, têm em sua configuração também como traço diferenciador a expressão facial e/ou corporal, tais como os sinais de DIFÍCIL e RISADA, até como exemplo, quando existe a comunicação oral de pessoas ouvintes, um fator que corresponde ao estabelecimento de entendimento é a entonação.

Esses cuidados e técnicas tendem a ser fundamentais para a construção da mensagem. Na ausência destas técnicas podem surgir interpretações distorcidas por causa do entendimento da mensagem transmitida ao receptor. Por esse fator, a compreensão da mensagem pelo emissor precisa ter três evidências durante o processo: co-presença física, co-presença linguística e pertencer à mesma comunidade. Pertencer a mesma comunidade não se traduz em ser surdo somente, e sim um envolvimento genuíno com a causa, então a co-presença física vai garantir que os interlocutores tenham conhecimento do evento; a co-presença linguística garante que os interlocutores falem sobre o mesmo assunto, usem a mesma linguagem; o pertencimento à mesma comunidade garante que eles estão falando de algo que eles entendem com o mesmo significado.

Esses são movimentos da face, dos olhos, da cabeça ou do tronco. As expressões não manuais marcam os tipos de frases: interrogativa, exclamativa, negativa, afirmativa etc.

Faz-se necessário, desta maneira, que os sinais sejam combinados entre os usuários, no caso o professor, o intérprete e o surdo, de modo que o surdo, naquele contexto da linguagem técnica em um determinado curso, passe a reconhecer o fenômeno e o sinal correspondente. No contexto, da medicina, por exemplo, o movimento feito com os dedos indicador e médio, imitando uma tesoura, significa cirurgia mesmo entre usuários não surdos. É, assim, um acordo contextual e cultural.

Desta forma o conjunto de expressões, gestos, feições e movimentos do corpo, em conjunto com o rosto contemplam a comunicação.

A compreensão de que a segunda língua, L2, trata-se da língua que se aprende de forma posterior (neste caso o português) e a L1 é a língua matricial e

que, portanto, o processo de criação e adaptação tem um sentido maior e ocorre com mais fluidez quando o sujeito ouvinte compreende essa dinâmica.

Inclusive sobre cultura surda, que implica singularidades do sujeito surdo, sobre a criação de sinais, Strobel (2009) não discute a quem se destina a responsabilidade de criar os sinais que constituem o léxico da Libras, mas demonstra uma confraternização mútua e condicionada dentro de uma comunidade em que todos têm o uso de uma mesma língua em comum, a Libras.

Sassaki (1997) levanta a questão por um viés que traduz o comportamento humano, quando destaca que a sociedade necessita se adaptar ao surdo, e não o contrário, pois a ausência total ou parcial de um dos órgãos do sentido (neste caso a surdez) demonstra o mundo ao surdo apenas por um olhar diferente e que a capacidade do ser humano de adaptação biológica, faz os outros órgãos dos sentidos se desenvolverem ainda mais, aguçando sua funcionalidade, tornando o surdo, um indivíduo mais sensível.

6 Considerações finais

Diante do exposto, através deste trabalho, que o processo de criação de sinais, por usuários da Língua Brasileira de Sinais, ocorre independentemente da predominância do aspecto sociocultural de um sujeito que contempla e contribui ativamente na comunidade surda. Logo, segundo a literatura, parece haver uma participação mútua e reflexiva coletiva entre surdos e pessoas ouvintes na criação de sinais, uma vez que implica convencionalmente um processo e o desenvolvimento de como ele se aplica na comunidade como um todo, já que tanto surdos quanto ouvintes são usuários da Libras e fazem parte da comunidade surda.

Observa-se que ainda há pouco conteúdo científico sobre o assunto da pesquisa. A pesquisa tem ainda como pretensão que se discuta e avance cada vez mais nesse tema que versa com a questão da inclusão e suas vertentes, tanto no campo legal, mas principalmente no campo social, em virtude da complexidade associada bem como da distância do tema.

Referências

BOSI, Alfredo. **Plural, mas não caótico**. In: Bosi, Alfredo. **Cultura Brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 1987. P. 7-8

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. **Censo 2010**. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em 02/ago/2022.

BRASIL, **Secretaria Geral, Assuntos Jurídicos**. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência. 2015. em 02/ago/2022.

BRASIL. MEC. SECAD. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SECAD, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducapespecial.pdf> Acesso em 02/ago/2022.

DAUDT, Francisco. **Preconceitos**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 7 fev. 2012.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília: UNESCO, 2012.

GASPAR, Priscila. **Entrevista à TV BrasilGov**, em 09 de maio de 2021. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CaGIclhXYpc> Acesso em 02/ago/2022.

LIBRAS, Brasil, (libras.com.br, acesso agosto 2023). disponível em: <https://www.libras.com.br/o-que-e-libras>

QUADROS, R. M; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. Trad. Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**, 2 ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999. .

SILVA, Daniel Neves. **Língua Brasileira de Sinais (Libras)**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/lingua-brasileira-sinais-libras.htm>. Acesso em: 08 de agosto de 2023.

SILVA, Vilmar. **A luta dos surdos pelo direito à educação e ao trabalho**: relato de uma vivência político-pedagógica na Escola Técnica Federal de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Educação) UFSC, Florianópolis, 2001.

SILVA, Vilmar. Educação profissional para surdos: uma vivência político-pedagógica no centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina. In **Ponto de Vista** – Revista de educação e processos inclusivos. Nº 5, p.151-178, 2003. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/issue/view/715>. Acesso em 12/ago/2023.